



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB CAMPUS II  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

AMARO GAUDENCIO GOMES FILHO

DIFERENÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS ENTRE DOIS  
ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA.

LAGOA SECA - PB

Março – 2017

AMARO GAUDENCIO GOMES FILHO

DIFERENÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS ENTRE DOIS  
ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA

Apresentado ao curso de bacharelado em agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, como requisito à obtenção do título de bacharel em agroecologia.

Orientador: Prof. MS. Alexandre Costa Leão.

LAGOA SECA – PB

Março – 2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633d Gomes Filho, Amaro Gaudencio  
Diferenças sociais, econômicas e ambientais entre dois assentamentos na Paraíba. [manuscrito] / Amaro Gaudencio Gomes Filho. - 2017.  
42 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agroecologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, 2017.  
"Orientação: Prof. Me. Alexandre Costa Leão, Departamento de Agroecologia e Agropecuária".

1. Assentamentos. 2. Espaço agrário. 3. Aspectos socioeconômicos e ambientais. 4. Pesquisa agroecológica. I.  
Título. 21. ed. CDD 363.7

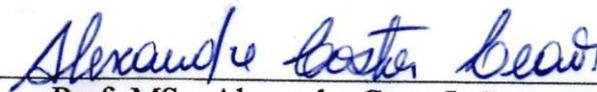
AMARO GAUDENCIO GOMES FILHO

DIFERENÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS ENTRE DOIS  
ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA

Apresentado ao curso de bacharelado em  
agroecologia da Universidade Estadual da  
Paraíba UEPB, como requisito à obtenção  
do título de bacharel em agroecologia.

Aprovado 14/03/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. MSc. Alexandre Costa Leão  
Orientador



Prof. DSc. Francisco José Loureiro Marinho  
Examinador



Prof. DSc. Leandro Oliveira de Andrade  
Examinador

LAGOA SECA -PB

Março – 2017

## DEDICATÓRIA



Deus, por ter me dado sabedoria, paciência e força para chegar aonde cheguei, e sempre almejando buscar mais vitórias. Por cada obstáculo que foi ultrapassado durante o percurso desta longa caminhada, pois quando as impossibilidades me assustavam durante o percurso, Ele falou: EU SOU O DEUS DO IMPOSSIVEL, NÃO TEMAIS! Como também está escrito em Provérbios 16.1; “O Homem faz seus projetos, mas a resposta vem de Deus.” Enfim, por tudo aquilo que foi conquistado nesta e em outras etapas de minha vida.

## AGRADECIMENTOS



Deus, que mesmo quando as portas se fecham ELE abre janelas para que consigamos enxergar o nosso futuro.

Aos meus familiares, que mim deram total apoio para que eu chegasse aqui.

Aos mestres, por terem nos proporcionado caminhos amplos objetivando aperfeiçoar e aprofundar nossos conhecimentos, abrindo novas visões.

A Banca Examinadora pela lealdade e compromisso com o corpo discente, disponibilizando seu tempo para analisar este trabalho, fazendo com que através de sua avaliação venhamos ter mais dedicação e responsabilidade com o conhecimento adquirido durante todo o Curso e também pudesse expor parte dele, na defesa deste TCC.

Aos amigos, que nos deram seu ombro nas horas que precisamos, e torceram para que chegássemos até aqui, e assim tenha ânimo para prosseguir sempre em busca de novas conquistas, desafios e batalhas, contando com eles e caminhando juntamente com Deus para vencer todos os obstáculos e galgar novos degraus.

A todos,

Nosso muito obrigado!

# DIFERENÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS ENTRE DOIS ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA

Amaro Gaudencio Gomes Filho<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho buscou analisar aspectos sociais, econômicos e ambientais, das famílias, que moram nos assentamentos agrários: Primeiro de Maio, na zona rural do município de Pocinhos e José Antônio Eufrosino, na zona rural do município de Campina Grande, ambos na Paraíba. O referido estudo foi realizado no mês de setembro no ano de 2012, com a participação de 11 (onze) famílias residentes nos assentamentos e no mês de agosto de 2016 também com a participação de 11 (onze) famílias que, na ocasião, responderam ao questionário o qual foi aplicado e analisado a luz da revisão bibliográfica sobre o tema, oportunizando um estudo comparativo entre os dois contextos da pesquisa. A pesquisa de campo descritiva das informações, sociais, econômicas e ambientais, permitiu a caracterização das atividades agrícola, pecuária, práticas sanitárias, higiênicas e ambientais, entre outros aspectos do cotidiano dos envolvidos da pesquisa. Os assentamentos estão localizados em municípios diferentes, embora com uma relativa proximidade de 24 km. No assentamento José Antônio Eufrosino os assentados têm desde setembro de 2012 o apoio do INCRA juntamente com a COONAP e SEBRAE, que dão suporte e orientação, ao contrário do assentamento Primeiro de Maio, que vive sem as mínimas condições socioeconômicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos. Espaço Agrário. Aspectos Socioeconômicas e Ambientais. Pesquisa Agroecológica.

---

<sup>1</sup>Graduando do curso de bacharelado em agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba UEPB.  
Email: [sdgaudencio@hotmail.com](mailto:sdgaudencio@hotmail.com)

## DIFFERENCE SOCIAL, ECONOMICAL AND ENVIRONMENTAL BETWEEN TWO SETTLEMENT IN PARAÍBA

### ABSTRACT

The present work comes in order to show social, economical and environmental aspects coming from the “Primeiro de maio” agrarian settlement families in Pocinhos countryside and also from the families coming from “José Antonio Eufrosino” agrarian settlement in Campina Grande countryside, both of them in “Paraíba” state. This work was done in September 2012, in which (11) eleven families from the in august 2016, in which (11) families settlements above participated in a questionnaire that was applied and analyzed based on a bibliographical review. Furthermore, it was the door for a comparative study between two subjects inserted in the research. The field which holds economical and environmental descriptive information, had led us to the characterization of agricultural, livestock, sanitary, hygienic and environmental activities, and also some others aspects from the families daily life. The settlements are located in different districts, even though quite closer, about 24km between them. At the second settlement mentioned above, the families are supported by INCRA, COONAP and SEBRAE organizations, which help them by guiding and instructing, but the same does not happen with the first settlement that lives without the minimums socioeconomics conditions.

**KEYWORDS:** Settlement Agrarian Field Socioeconomics and Environmental Aspect Agroecological Research.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>APPs</b>	Áreas de Preservação Permanente
<b>COONAP</b>	Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção
<b>FETAG</b>	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INTERPA</b>	Instituto de terras e planejamento da Paraíba
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PAIS</b>	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>SIPRA</b>	Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>OBJETIVO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. A questão agrária e as políticas públicas .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Balanço da Reforma Agrária do governo, Lula e Dilma .....</b>	<b>12</b>
<b>3. A questão agrária paraibana .....</b>	<b>15</b>
<b>4. Metodologia .....</b>	<b>17</b>
<b>5. Contextualizando a pesquisa .....</b>	<b>18</b>
<b>5.1. O município de Pocinhos (PB) .....</b>	<b>18</b>
<b>5.2. Assentamento Primeiro de Maio .....</b>	<b>18</b>
<b>5.3. O município de Campina Grande (PB) .....</b>	<b>19</b>
<b>5.4. Assentamento José Antônio Eufrosino .....</b>	<b>20</b>
<b>6. Apresentação e discussões dos resultados .....</b>	<b>21</b>
<b>6.1. Assentamento Primeiro de Maio .....</b>	<b>21</b>
<b>6.2. Assentamento José Antônio Eufrosino .....</b>	<b>22</b>
<b>6.3. Os assentamentos: pontos em comuns e suas diferenças .....</b>	<b>23</b>
<b>7. Considerações finais .....</b>	<b>24</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>28</b>
<b>FOTOS DOS ASSENTAMENTOS .....</b>	<b>29</b>
<b>QUESTIONÁRIO APLICADO .....</b>	<b>33</b>
<b>TABELAS – DADOS ESTATÍSTICOS .....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o início de sua colonização, o Brasil tem sua história marcada por políticas que favorecem o crescimento da desigualdade social. São séculos de favorecimento a latifúndios e grandes propriedades rurais em detrimento do pequeno produtor. Em 1850, a coroa promulgou a primeira lei de terras do país. Esta decorreu das pressões inglesas que a monarquia vinha sofrendo, no sentido de substituir a mão-de-obra escrava pela assalariada, pois, já se avistava a inevitável abolição das escravaturas.

O referido diploma legal objetivava também evitar que os escravos, uma vez libertos não se tornassem donos de terras. Essa lei implantou no país a propriedade privada, ou seja, a posse da terra era feita somente através da compra. A partir daí a terra se tornou uma mercadoria com valor de troca e de uso. Esta lei regulamentou a grande propriedade da terra e consolidou a estrutura fundiária improdutiva, que até os dias atuais vigora no país.

Nesse período, a história das lutas sociais e das revoltas populares registrou muitas mobilizações através das resistências dos negros com as fugas e formações dos “quilombos”. As aludidas lutas deixam nítidas as reações dos trabalhadores escravizados em relação às condições de vida e de trabalho a eles impostas. Com efeito, eram obrigados a trabalhar durante longas jornadas e noite adentro, sempre que possível, em condições sub-humanas, evidenciadas pelos maus-tratos e castigos físicos, sendo muitas vezes acorrentados e colocados “no tronco”, além do trabalho nos canaviais, cabia aos escravos cultivar lavouras alimentares para seu próprio sustento e para o consumo do senhor e de sua família, trabalhar na mata cortando, empilhando e transportando madeira em carros de boi para abastecer as fornalhas, participar do trabalho fabril e de atividades domésticas, preparar os alimentos etc. Apesar de nos anos sessenta do século passado terem surgido às primeiras tentativas de reverter esta situação, as políticas em favor da reforma agrária e dos pequenos produtores nunca obtiveram suporte político necessário para sua concreta efetivação, Moreira e Targino (1997, p. 37-42).

Assentamento rural diz respeito à instalação de novas propriedades agrícolas, como resultado de políticas públicas, objetivando uma redistribuição de terras menos concentradora, cujos envolvidos são os trabalhadores rurais sem-terra e aqueles com pouca terra. O termo assentamento, introduzido pelos órgãos oficiais, dá ideia de

alocação, de fixação dos trabalhadores na agricultura, daí o surgimento de uma nova categoria no espaço rural, o assentado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Estudos têm mostrado que apesar das descontinuidades das políticas públicas, os assentamentos vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estratégia de políticas de integração social, já que possui uma potencialidade na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas. Partindo da relevância do tema em questão, os lançamos em novas pesquisas.

Esforços para criação de assentamentos rurais voltados para população sem terra, posseiros, proletariado rural, minifundiários, surgiram, ainda que incipientemente, no estado de Sergipe em meados da década de 1940, cujo crescimento de sua importância se deu somente a partir da década de 1970. Neste longo período as terras foram adquiridas por diferentes atores como: a igreja católica, cooperativas agrícolas e governo estadual, com objetivo de solucionar conflitos agrários.

Foi, sobretudo, a partir de 1982, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a atuar, com maior propriedade, na obtenção de terras para criação de assentamentos de reforma agrária. Desde então até o ano de 2012, a política de assentamentos rurais nesta unidade da federação foi marcada pelos assentamentos de reforma agrária, cujas terras foram arrecadadas através da desapropriação, reconhecimento, compra e venda e doação, bem como pelos empreendimentos de crédito fundiário.

A literatura sobre o tema revela que o conjunto dos assentamentos criados pelo INCRA, somente pode ser compreendido como produto das lutas por terras realizadas pelas famílias organizadas, inicialmente no sindicalismo dos trabalhadores rurais e, posteriormente, particularmente desde fins da década de 1980, em movimentos socioterritoriais, cujo principal protagonista tem sido, desde a década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST).

## **OBJETIVO**

O presente estudo teve como objetivo analisar aspectos sociais, econômicos e ambientais, das famílias, que moram nos assentamentos agrários, Primeiro de Maio, na zona rural do município de Pocinhos e José Antônio Eufrosino, na zona rural do município de Campina Grande, ambos na Paraíba.

## **1- A questão agrária e as políticas públicas**

As singularidades existentes no ambiente rural têm propiciado debates e pesquisas no Brasil especificamente no que tange ao processo de reforma agrária e às políticas públicas implementadas recentemente no ambiente rural. Os projetos de assentamento são pontos importantes desse processo, tendo por finalidade maior integrar os assentados à sua comunidade circunvizinha, fazendo com que produzam para a sua subsistência e comercialização (Carvalho; Buanain, Silveira, & Teófilo, 1998; Carmo, 1999).

As políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis, por isto, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente. Portanto, são os critérios seguidos no momento de se estabelecer as prioridades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro (Rodríguez & Ardid, 1996). A questão agrária sempre esteve presente nos rumos do processo de desenvolvimento do Brasil (Carmo, 1999).

*Reforma agrária é a revisão e o reajustamento das normas jurídico-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do País, visando à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição, utilização, exploração sociais e racionais da propriedade agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural (Coutinho Cavalcanti, 1961).*

Entretanto, ocorreu de diversas maneiras, passando por fases distintas. Em um primeiro momento, houve um forte predomínio do setor primário, que durou até o início dos anos sessenta, quando, de modo similar ao que ocorria em outras partes do mundo, foi sendo introduzido com mais força o modelo de desenvolvimento de substituição da importação de produtos manufaturados por uma industrialização crescente, transferindo recursos da agricultura para outras áreas da economia. Em seguida, a partir da década de 60, os governos militares promoveram a modernização do latifúndio, em detrimento do incentivo aos pequenos produtores, ocasionando a migração de milhares de pessoas para os grandes centros cosmopolitas (Teixeira & Martin, 1998).

As famílias assentadas da reforma agrária são aquelas reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após terem sido selecionadas e homologadas, conforme processo seletivo para participar do programa de reforma agrária e constantes da Relação de Beneficiários - RB, com direitos e deveres expressos em contrato de concessão de uso da terra.

A reforma agrária é um processo amplo de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos na sociedade, através da posse da terra e dos meios de produção pelos trabalhadores rurais que não a possuíam ou a possuíam em quantidade insuficiente.

O assentamento tem importância primordial na reforma agrária, pois inclui uma série de medidas necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários em produtores rurais.

Após a família ser assentada, ela passa a ter acesso a assistência técnica e linhas de crédito que permitirão tornar produtiva a parcela de terra recém ocupada. Assim, pode-se dizer que após a luta pela terra, para trabalhar e morar, as famílias assentadas iniciam uma nova fase denominada de “luta na terra”, que abrange desde o fortalecimento de sua organização até a implantação de infra estrutura básica. A concepção de assentamento implica na fixação do homem à terra, pela oferta de condições para sua exploração e de incentivos à organização das famílias assentadas. Amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a participação dos camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política” (Silva, 1971, p.37).

## **2- Balanço da Reforma Agrária dos governos, Lula e Dilma**

A mudança de governo em 2003 despertou novas esperanças em relação à questão agrária no Brasil, pois a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva contou com o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o MST. Dessa forma, em novembro de 2003 o governo federal lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado durante a Conferência da Terra, em Brasília. O II PNRA tem como princípio geral a “inclusão de uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor.” (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 18).

As metas do II PNRA simbolizavam a realização do maior plano de reforma agrária da história do país, expressando seu compromisso com uma reforma agrária massiva ao estabelecer como meta assentar 400.000 novas famílias no período 2003-2006 e a regularização fundiária de 100.000 propriedades. Entretanto, para 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, dispunha de R\$ 462 milhões, o que

seriam suficientes para o assentamento de, no máximo, 22 mil famílias, número muito abaixo da meta proposta até março de 2004, que era o assentamento de 60 mil famílias. De acordo com o ex-ministro do MDA, Miguel Rossetto, seria necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta deste ano (SOUZA, 2006).

*Embora o governo comemore sua política de reforma agrária, o MST não vê esses dados com os mesmos olhos. Para esse Movimento o governo Lula tem sido melhor do que todo o período do governo FHC, porém do ponto de vista dos acordos firmados, o governo ficou aquém das expectativas dos trabalhadores rurais, em especial os que estão acampados por mais de três anos (FERNANDES, 2006)*

Entre janeiro e dezembro de 2004 o INCRA assentou 81.254 famílias. Somando-se o desempenho de 2003, onde o governo federal conseguiu assentar 36.301 famílias, ao todo este governo assentou 117.555 famílias em dois anos, alcançando 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida para esse período (60.000 em 2003 e 85.000 em 2004) pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (MDA/INCRA, 2005).

presidente Dilma em seu discurso de posse afirmou que a prioridade das ações do Governo Federal será para a erradicação da pobreza extrema no país: “A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.” (Dilma Rousseff, 2011). Contudo, nesse discurso não houve nenhuma menção à reforma agrária enquanto política capaz de contribuir para acabar com a pobreza. Por esse fato, acredita-se que o governo Dilma dará continuidade às ações sociais implantadas pelo governo Lula sem adentrar especificamente na reforma agrária, uma vez que:

*“A expectativa é que se possa, no governo Dilma, avançar mais na reforma agrária, embora os indícios iniciais sejam de que o tema está fora de pauta. Tanto no período eleitoral quanto no pós-eleitoral [mesmo no discurso de posse], o tema da reforma agrária não foi tratado. Historicamente, aliás, nós podemos afirmar que não temos um programa de reforma agrária. O que temos tido, ao longo da história brasileira, são programas de assentamento porque a estrutura fundiária brasileira continua inalterada, ou seja, grandes propriedades, alta concentração fundiária, grandes investimentos no agronegócio como forma de exportação de commodities para equilibrar a balança de pagamentos.” (AGÊNCIA BRASIL, Entrevista Gilmar Mauro, 2011).*

Porém quando se fala em erradicação da pobreza necessariamente a reforma agrária deve ser colocada como uma das ações principais, pois sem mexer na estrutura fundiária altamente concentrada do país, a possibilidade de acabar com a pobreza é muito pequena, uma vez que muitas dessas terras são utilizadas como reserva de especulação e empregadas por transnacionais para gerar o lucro. (AGÊNCIA BRASIL, 2011). Isto significa que sem alterar a estrutura fundiária não se altera também a renda, tão concentrada quanto a terra.

*“Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não. No entanto, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza.” (MALUF e MATTEI, 2011, p. 22)*

O Governo federal deve lançar em maio de 2011 o programa para a erradicação da pobreza no Brasil. Provavelmente esse programa envolverá ações conjuntas com diversos ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sabe-se que o plano que está sendo elaborado para a erradicação da pobreza contará com três eixos de atuação: transferência de renda às famílias pobres, ampliação do acesso e qualificação de serviços públicos e inclusão produtiva e geração de oportunidades. Dessa forma, a expectativa é a de que durante o debate das ações para erradicar a pobreza, a política de reforma agrária esteja na pauta. Sendo a erradicação da pobreza a prioridade do governo Dilma, não há dúvidas quanto ao espaço do enfrentamento da pobreza rural – ambiente onde se observam os mais altos índices de incidência da pobreza – na estratégia em fase de elaboração. Para Maluf e Mattei (2011, p.18-19) existem diversos determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, podendo-se destacar:

a) “Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobre sai a questão da posse e acesso à terra uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social.

- b) Capacidades humanas: nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação;
- c) Outras formas de capital físico: diversas formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento;
- d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados;
- e) Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos-chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;
- f) Infraestrutura: ressaltaram-se as deficiências, especialmente, no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação;
- g) Oportunidades de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas.”

Apesar do Brasil ainda não ter realizado uma efetiva reforma agrária e sim uma política de assentamentos rurais, a perspectiva quanto ao novo governo, cujo eixo principal de sua política está no combate à pobreza, é que se tenha a sensibilidade para enxergar a reforma agrária como fundamental para cumprir o objetivo de erradicação da pobreza. Caso contrário dificilmente se conseguirá atingir tal objetivo. A reforma agrária, apesar dos limites das políticas públicas no meio rural, aponta para a perspectiva do homem do campo ter seu próprio local de moradia, ter seus filhos estudando, trabalhar na sua própria terra, produzindo alimentos e gerando renda para a família, nesse sentido, a reforma agrária contribui para a erradicação da pobreza.

### **3- A questão agrária paraibana**

A primeira Liga Camponesa foi implantada na Paraíba em fevereiro de 1958, como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a ULTAB. No primeiro Congresso de Trabalhadores da Paraíba realizado entre 10 e 13 de maio de 1958, foi denominada pela imprensa de Liga Camponesa de Sapé. Essa Liga se

caracterizou pelas lutas travadas com os usineiros que compunham o grupo da Várzea. Em 1962, é assassinado seu líder João Pedro Teixeira, cuja morte é atribuída pelos trabalhadores rurais e por parte da opinião pública ao Grupo da Várzea.

Em 25 de novembro de 1961 é fundada em João Pessoa a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba, que contava com 14 associações. Logo em seguida passando a se denominar Federação das Ligas Camponesas da Paraíba.(Souza, 1998)

A questão agrária paraibana insere-se, como não podia deixar de fazê-lo no processo de colonização e ocupação do Nordeste. Isto reflete na organização do seu espaço agrário, que repousa sobre três pilares principais: a alta concentração da propriedade da terra, a exploração da monocultura canavieira e a pecuária extensiva.

A exploração das terras na Paraíba especializa-se de forma que, a Zona da Mata se torna responsável pelo desenvolvimento da cultura canavieira, principalmente nas áreas de várzea por apresentarem condições favoráveis para esse tipo de atividade. O Agreste paraibano, desde o início da colonização, e o Sertão, em meados do século XVIII, fica responsáveis pela cotonicultura, desempenhando um papel importante na economia do estado e no processo de expansão populacional além da pecuária extensiva e da policultura, constituindo a divisão regional do trabalho no estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No livro *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*, Emília Moreira e Ivan Targino, partindo do estudo da geografia agrária e da formação econômica do estado, trazem, ao final da obra, um capítulo intitulado “os movimentos sociais no campo e as conquistas da classe trabalhadora” (MOREIRA & TARGINO, 1997). Neste capítulo, os autores analisam a dinâmica dos conflitos no campo na Paraíba, quem são seus principais atores, como agem os latifundiários, e como age o Estado. Caracterizam a violência no campo deste estado dizendo:

*Na Paraíba a violência no campo tem assumido ao longo do tempo, as mais diversas formas: despejos, destruição de casas e lavouras, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Nas áreas de conflito, nas greves dos canaviais, dezenas de homens, mulheres e crianças foram espancados e feridos a bala. Várias lideranças perderam sua vida, vítimas da mão armada do latifúndio no nosso estado. A grande maioria desses crimes – alguns deles praticados a luz do dia e na presença de autoridades públicas – permanecem na mais completa impunidade: os mandantes e executores – cujos nomes são de conhecimento público – Não fora levado a julgamento e*

*presos, o que é demonstrativo da omissão, quando não, da cumplicidade do poder público. (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 322)*

Na Paraíba devido ao movimento de luta dos camponeses esse quadro tem uma análise diferente. Segundo estudos realizados nos últimos anos o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado em um ritmo acelerado, contribuindo para transformação da paisagem de algumas regiões onde predominava a monocultura canavieira bem como a pecuária extensiva. Estas atividades veem cedendo o lugar para as agriculturas camponesas, produzindo conseqüentemente transformações políticas, econômicas, culturais e sociais nessas regiões, o que historicamente é muito importante, pois dignifica o trabalhador rural e mostra a possibilidade real da conquista da terra através da luta organizada, construindo assim, novas territorialidades.

Na Paraíba existe um total de 234 projetos de assentamentos, sendo que, deste total, 205 projetos foram implementados pelo governo federal, através do INCRA, e apenas 26 assentamentos tiveram como agente interventor o governo estadual na figura do Instituto de terras e planejamento da Paraíba (INTERPA) e ainda três projetos foram implementados através do convênio entre as duas instituições.

No entanto, mesmo com toda essa nova dinâmica territorial no campo, podemos constatar que existem grandes desafios no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida das famílias rurais envolvidas que demandam programas de Reforma Agrária. Já que, as dificuldades não acabam apenas com a distribuição de terras, pois, a implantação dos projetos de assentamentos sem os devidos planos de desenvolvimento locais é um entrave para o real desenvolvimento dessas novas territorialidades no rural paraibano. (Ieno Neto e Bamat, 1998).

*Os posseiros são agricultores que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou latifúndios improdutivos, isto é, terras que não cumprem a sua função social. O trabalhador foreiro é aquele que paga a renda (foro) anual e obrigado, muitas vezes, ao cambão (trabalho gratuito dois ou três dias por semana); o morador é aquele trabalhador que recebe do proprietário um pequeno roçado para cultivar e tem obrigação de trabalhar para este sempre que for chamado – a prática usual é trabalhar três dias por semana (CARNEIRO, 1963. p. 71).*

O superintendente do INCRA Lenildo Moraes, explicou que, na Paraíba, Reforma Agrária leva para o campo pessoas que estariam na periferia das grandes cidades e que

existem 289 assentamentos no Estado. (A figura 2 em anexo mostra o estado da Paraíba com a localização de Campina Grande e Pocinhos).

#### **4- METODOLOGIA**

Para a obtenção das informações foram realizadas visitas aos assentamentos, e executada aplicação e posterior análise, de um questionário com a participação de 11 (onze) famílias com fins de avaliar o dia a dia da realidade dessas famílias assentadas atualmente no campo.

#### **5- Contextualizando a pesquisa**

##### **5.1. O município de Pocinhos (PB)**

Pocinhos é uma cidade localizada na região paraibana denominada de agreste, integra a micro região do cariri oriental. O clima de Pocinhos é seco e quente com poucas chuvas, um clima característico do semiárido nordestino. O município localiza-se a 134 km de distância da capital do estado, João Pessoa, e a 25 km de Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba. A principal economia do município é a agricultura e a criação de gado bovino e caprinos. Nas décadas de 60 e 70, Pocinhos era produtor de algodão e de sisal, hoje estando essas culturas em decadência. Pocinhos é um município com 629,52 Km<sup>2</sup> de área territorial, e tem uma População de mais de 17 mil moradores, segundo dados do IBGE/2010.

Segundo os dados do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA, em Pocinhos, hoje, existem dois assentamentos rurais. O projeto de assentamento Paus Branco e o Projeto de Assentamento 1º de Maio<sup>2</sup>.

##### **5.2. Assentamento Primeiro de Maio.**

No dia primeiro de maio 2009, 60 famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampado à margem da fazenda Cabeça de Boi, em Pocinhos-PB, viveram uma noite de terror. As famílias acampavam no intuito de pressionar o governo a agilizar o processo de assentamento. Na madrugada, foram surpreendidos por um grupo de homens encapuzados que dispararam inúmeras vezes contra as famílias.

---

<sup>2</sup>Dar-se esse nome referente à tomada de posse ter ocorrido nesta data, primeiro de Maio. Tais informações coletadas de moradores do assentamento.

A maioria dos trabalhadores rurais sem terra conseguia escapar dos disparos entrando na mata fechada. Os homens encapuzados, acompanhados pelos proprietários da fazenda, por policiais militares e pela guarda florestal, atearam fogo nos barracos das famílias acampadas, destruindo seus pertences. Também incendiaram um veículo de um apoiador, que dava suporte ao acampamento. Na oportunidade, sete trabalhadores foram capturados e violentamente torturados. Seus corpos foram molhados com gasolina e eles ficaram horas sob a ameaça de serem incendiados vivos. Um dos trabalhadores torturados foi levado à casa grande da fazenda, que foi incendiada com ele dentro. No desespero ele conseguiu sair e salvar sua vida.

Além da repressão sofrida, alguns trabalhadores foram detidos, sob a alegação de que teriam cometido os crimes dos quais foram vítimas: incêndio, porte ilegal de arma de fogo, e de terem disparado contra seus agressores.

Dos sete detidos, cinco foram liberados, entre eles dois menores, outros dois ficaram presos por dois meses em presídio de Campina Grande e hoje respondem processo em liberdade.

A fazenda Cabeça de Boi foi declarada pelo Governo Federal “área de interesse social para fins de reforma agrária”, em decreto assinado pelo Presidente da República em quatro de dezembro de 2008. A fazenda de 747 hectares de terra foi a área reivindicada pelas famílias sem-terra que na noite do dia 1º de maio montavam acampamento as margens da BR 230, vizinha à fazenda.

A fazenda está localizada no município de Pocinhos, Agreste paraibano a 134 quilômetros da capital (João Pessoa) e nas proximidades de Campina Grande. Os proprietários do latifúndio e mandantes das cenas violentas, são os irmãos Maria do Rosário Magno Cavalcante e Constâncio Magno Cavalcante. Junto a eles atuaram jagunços contratados pela proprietária e os policiais militares, sob comando do Tenente da Polícia Militar Jonathan Midori Yassak, além de guardas florestais, sob comando de Antônio Barbosa dos Santos (Oliveira A. Paula, 2010).

### **5.3. O município de Campina Grande (PB)**

Campina Grande é uma cidade brasileira do estado da Paraíba. Foi fundada em 1º de dezembro de 1697, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. Localiza-se 120 quilômetros da capital, no interior do estado da Paraíba, no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, na serra do Boturité ou Bacamarte, que estende-se do Piauí até a Bahia. Sua área 594,182 km², clima

tropical, altitude média de 552 metros acima do nível do mar, coordenadas geográficas Latitude: 7° 13' 51" Sul Longitude: 35° 52' 54" Oeste. Campina Grande possui 402,912 habitantes (densidade demográfica de 656,4 hab/km<sup>2</sup>), segundo estimativas do IBGE em 2014.

O município de Campina Grande tem os seguintes distritos: Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, São José da Mata, Santa Terezinha e Galante. Municípios Vizinhos ao Norte: Lagoa Seca, Massaranduba, *Pocinhos* e Puxinanã; ao Sul: Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas; a Leste: Riachão do Bacamarte; a Oeste: Boa Vista.

#### **5.4. Assentamento José Antônio Eufrosino.**

O assentamento José Antônio Eufrosino está localizado na porção semiáridas do Município de Campina Grande-PB, na microrregião homogênea do Agreste da Borborema e na mesorregião do Agreste, ocupando uma área de 2.990,6401 ha (Figura 1). Criado no ano de 2001, mediante a desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, ofertadas ao INCRA pelo antigo proprietário. A ocupação das fazendas foi encabeçada por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAG, e ocorreu de forma pacífica.

As famílias ligadas ao MST foram mobilizadas e recrutadas pelo “trabalho de base” feito nos bairros periféricos de Campina Grande, ou vieram de outros acampamentos. As ligadas à FETAG já moravam nas fazendas desapropriadas ou eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Inicialmente haviam 200 famílias na área reformada (BRASIL, 2002).

No assentamento existem duas áreas de reserva legal. Delas é extraída lenha para cozinhar, varas e estacas para infraestrutura dos lotes, sendo, também, utilizadas como 5 área de pastagem para os animais. Há 32 reservatórios de água entre açudes, barreiros, tanques naturais e cinco poços (dois estão desativados), que fornecem água para o consumo das famílias e dos animais, e os peixes existentes no açude principal (que possui um espelho d'água de aproximadamente 17 hectares), são utilizados como reserva proteica na alimentação das famílias. O conflito ambiental mais sério enfrentado pelas famílias foi à extração de madeira das Áreas de Preservação Permanente (APPs), feita tanto por assentados que a comercializavam diretamente ou a utilizavam para a fabricação de carvão; quanto por atravessadores que contratavam mão-de-obra para o

corde e transportavam a lenha em caminhões para padarias em Campina Grande e vendiam as estacas e mourões para fazendas da região. Toda a extração era realizada sem o consentimento da Associação e sem o conhecimento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA.

Para solucionar parte dos conflitos ambientais e os riscos de consumação da “tragédia dos comuns<sup>3</sup>”, as famílias optaram por restringir a retirada de madeira apenas para fazer cercas, barracos, chiqueiros e currais, e formaram uma comissão para fiscalizar o cumprimento das normas. Caso fossem encontradas estacas, tiradas ilegalmente, os fiscais (da associação, dos núcleos e dos setores) apreenderiam e acionariam os fiscais do IBAMA (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

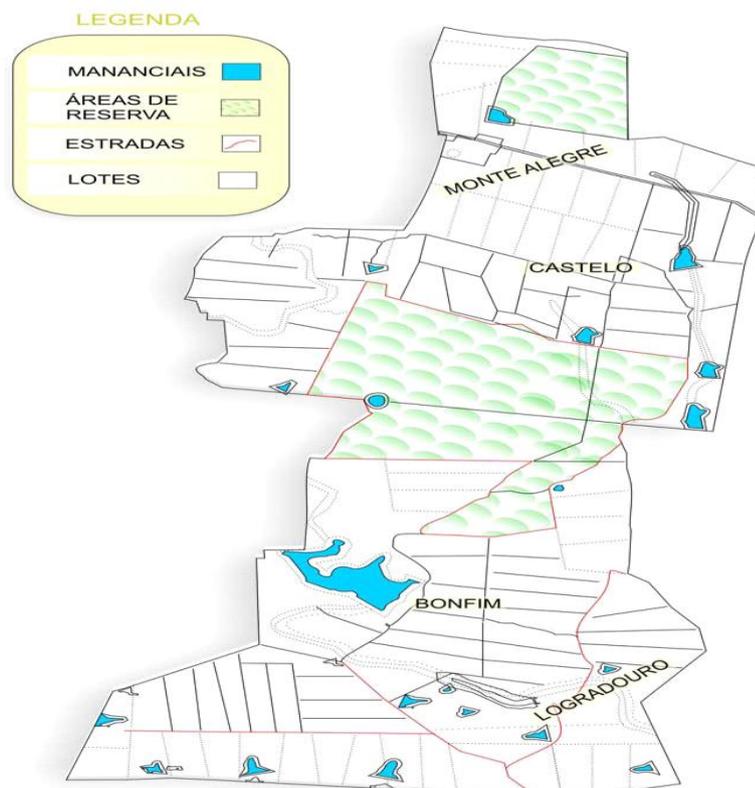


Figura 1 – Área do PA José Antônio Eufrosino

Fonte: Adaptado de Brasil (2002)

## 6- Apresentação e discussões dos resultados

### 6.1- Assentamento Primeiro de Maio

Assentamento, Primeiro de Maio<sup>2</sup>, no município de Pocinhos PB, que foram assentados pelo Instituto Nacional de Colonização a Reforma Agrária, (INCRA) em 2012 contava com 11 (onze) famílias assentadas, em lotes de aproximadamente 10 hectares, as famílias viviam em barracos (de lona, madeira, latas e papelão), com um cômodo, não tenha saneamento básico, o esgoto sua eliminação era livre, as famílias estavam fixadas no local há aproximadamente quatro anos. Atualmente, o assentamento conta com 17 (dezesete) assentados, onde apenas 8 (oito) deles moram no assentamento, os lotes foram aumentados utilizando-se a área de preservação ficando com aproximadamente 20 hectares, dessas famílias apenas duas vivem em casas de alvenaria construídas com recursos próprios (segundo informações de morador), o restante ainda continuam morando nos barracos, recebem visitas dos técnicos do INCRA, mas não tem nenhum apoio técnico.

Observou-se: que o lixo é queimado, a água para o consumo vem de um barreiro, não tem energia elétrica, cozinha-se com fogo a lenha, esta lenha é retirada da reserva florestal do assentamento, sua produtividade é baixa, tem plantadas roças de milho e feijão, cria poucos animais, ex. ovinos, caprinos e aves, quando tem algum lucro é para o consumo próprio das famílias, onde todas moram no assentamento, não possuem créditos bancários, não possuem rendas (algumas famílias recebe o bônus família do governo federal), o preparo do solo para o plantio era manual ou tração animal, não utilizava adubação, nem irrigação, espera pela chuva, o número de filhos é acima de quatro, o total de pessoas por moradia é acima de seis, os pais tem idades de vinte a trinta anos, na questão da educação dos pais são analfabetos ou cursaram o ensino fundamental incompleto, os filhos estudam em uma escola da zona rural do município vizinho em Boa Vista PB. Vimos que essas famílias viviam em um completo estado de abandono e miséria sem nenhuma assistência por parte dos órgãos públicos e que não tem as mínimas condições de vida.

Atualmente tem havido algumas mudanças, *positivas*: 1º de Maio tem algumas casas de alvenaria, possuem energia elétrica, aumento do tamanho dos lotes e *negativos*: longo período de estiagem, falta de assistência técnica, menos famílias residindo no assentamento 1º e Maio.

## **6.2. Assentamento José Antônio Eufrosino**

---

<sup>3</sup>ou "Tragédia dos bens comuns", é uma situação em que indivíduos agindo de forma independente e racionalmente de acordo com seus próprios interesses se comportam em contrariedade aos melhores interesses de uma comunidade, esgotando algum recurso comum.

Assentamento José Antônio Eufrosino<sup>3</sup>, localizado no município de Campina Grande PB, (informações coletadas no assentamento), que o assentamento existe há aproximadamente dezesseis anos, onde vivem 101 famílias assentadas pelo INCRA, o qual oferece assistência técnica juntamente com a cooperativa de trabalho múltiplo de apoio às organizações de autopromoção (COONAP) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cada lote tem aproximadamente 18 hectares.

Observou-se que as famílias moram em casas de alvenaria, com seis ou mais cômodos, banheiros com privada e fossa; o lixo é queimado; possuem energia elétrica monofásica; a água para o consumo vem da rede pública, cisternas e barreiros. No trabalho com o campo, utilizam tração animal e quando necessário usa trator, utiliza adubação orgânica (esterco de curral), tem plantado roças: milho, feijão, palma e árvores frutíferas (coqueiro, acerola, mangueira, etc). Criam: bovino, ovino, caprino, aves e suínos.

Nove dessas famílias participaram de cursos de aprendizagem e passaram a produzir hortaliças em consórcio com aves (ex. galinhas, patos e outros), onde utiliza irrigação no período de estiagem projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) implantado pelo SEBRAE, sua renda mensal é menor que um salário mínimo, algumas famílias fazem industrialização artesanal (queijo), e comercializam em cooperativas ou direto ao consumidor. Os pais dessas famílias têm acima de 50 anos, são analfabetos, ou possuem o ensino fundamental incompleto, seus filhos estudam na cidade e trabalham em outras atividades fora do assentamento.

No momento da aplicação do questionário, um dos participantes relatou “foram cinco anos vivendo em barracos e sem nenhuma assistência, é que isso acontece sempre em assentamentos nos primeiros anos de ocupação”. O que nos levou a perceber: que nos anos iniciais dos assentamentos os assentados passam por dificuldades socioeconômicas e técnicas.

### **6.3 – Os assentamentos: seus pontos em comuns e suas diferenças.**

Os assentamentos também possuem algumas práticas e formas de vida em comum: Foram assentados pelo INCRA, a forma de eliminação do lixo, não tem

---

<sup>3</sup>O assentamento recebeu esse nome porque as famílias ligadas à FETAG anteciparam-se e ao entrarem em contato com a Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL) e o INCRA, no início da elaboração do PDA, disseram que o Assentamento se chamaria José Antônio Eufrosino, em homenagem ao fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Fato que contrariou a maioria das famílias assentadas (ligadas ao MST) que queriam que o assentamento se chamasse Bom Jesus.

créditos bancários, os pais são analfabetos ou cursaram o ensino fundamental incompleto, os filhos estudam fora do assentamento na zona rural e urbana, praticam agricultura convencional, agricultura de subsistência (milho, feijão, palma forrageira), que vem sofrendo com esse longo período de estiagem, criam algumas espécies de animais domésticos (ovinos, caprinos, bovinos, equinos, etc). No entanto, avaliamos que as diferenças entre os assentamentos, veem desde à história de ocupação das fazendas desapropriadas que deram lugar aos assentamentos.

No assentamento, Primeiro de Maio, houve conflitos pela posse da terra, as famílias vivem no assentamento aproximadamente oito anos, com várias dificuldades: falta de água (a água para consumo é de barreiro), assistência medica, assistência técnica pelos órgãos públicos, mora em barracos, necessidade financeira origem governo federal e renda média o sustento vinha por meio do bolsa família, cozinha com fogo a lenha, os chefes de famílias tem idade entre 20 a 39 anos e fazem serviços fora do assentamento para ajuda na renda familiar.

No assentamento José Antônio Eufrosino, a ocupação ocorreu de forma pacifica, as famílias estão no assentamento há 15 anos; moram em casas de alvenaria; o consumo de água vem da rede pública (abastecimento público) e de outras fontes como já citado no texto, tem energia elétrica monofásica, recebe assistência técnica e possui renda financeira, os pais de famílias tem idades acima de 50 anos.

“Segundo informações coletadas do assentamento, José Antônio Eufrosino, que eles também passaram no início da ocupação pelas mesmas situações que vem passando as famílias do assentamento Primeiro de Maio”. Levando a crer que a diferença das idades dos chefes de família de cada assentamento, as melhorias e dificuldades estejam ligadas ao tempo de ocupação.

A experiência vivenciada com a pesquisa traz um recorte de como vem vivendo essas famílias assentadas e o nível de estabilidade junto aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, sobretudo na certeza que estes assentamentos possuem como meio de renda a agricultura familiar. Outro aspecto definidor das distintas realidades destes assentamentos.

## **7- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa de campo com observação e registros aproximou-se da realidade dos assentamentos paraibanos, Primeiro de Maio e José Antônio Eufrosino, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Pode-se verificar as disparidades pelas quais

convivem os respectivos assentamentos devido ao nível bem diferenciado da existência de parcerias, ajudas dos poderes públicos, recursos materiais e consciência ambiental e, sobretudo, dificuldades de infraestrutura e suas ligações com a qualidade de vida dos assentados. Assentados que apontam gostar do lugar, mais querem mudanças com fins de ter oportunidades melhores no conviveu com os seus familiares.

O maior problema e desafio em relação à produção agrícola para a sociedade atual é manter um equilíbrio sadio dessa produção com crescimento socioeconômico e a sustentabilidade. As pressões populacionais, inovações tecnológicas de extração dos recursos naturais, conflitos éticos, econômicos e sociais, os movimentos migratórios, a exploração irresponsável do Governo Nacional e Transnacionais, têm levado à exaustão dos recursos naturais não renováveis, locais e globais. Do ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, a curto, médio e longo prazo dependerá da qualidade de vida da humanidade atualmente e da sobrevivência das gerações futuras.

O termo agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930 para significar a aproximação da ecologia à agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de "ecologia aplicada". Até então, o campo de conhecimento científico disciplinar ecológico tratava do estudo de sistemas naturais, ao mesmo tempo em que a ciência agrônoma voltava-se para a introdução de métodos de investigação científica em torno da agricultura. De acordo com estudos sobre o tema, somente nos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, criou-se uma estrutura básica geral para o exame da agricultura desde uma perspectiva ecológica (Gliessman, 2000 pp.51-52).

É possível minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, promovendo-se, no meio rural, o aumento da biodiversidade de sistemas e adequado uso de tecnologias ecológicas, consolidando processos produtivos agropecuários.

Na Agroecologia, maximizam-se os processos biológicos e as interações ecológicas, tais como: revolvimento do solo pela fauna, plantio direto, cultivo mínimo, reciclagem biológica de nutrientes pelo uso de leguminosas em rotação de cultura, consórcio, controle biológico.

A Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade.

Espera-se que a realização da referida pesquisa propicie um olhar definidor das diferentes realidades dos assentamentos citados, contribuindo para elencar elementos participantes de tais realidades, como: parcerias, atividades econômicas, uso de recursos materiais, relações com meio ambiente, entre outros enfoques merecedores de análises com fins de conhecer, comparar e situar o contexto dos referidos assentamentos no âmbito do espaço paraibano.

## 8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Agência Brasil:** Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBCCNPJ: 09.168.704/0001-42  
Setor Comercial SUL – SCS – Quadra 08 Bloco B – 60 1º Piso Inferior - Edifício  
Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília/DF CEP - 70333-900

BRASIL (2002). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano de desenvolvimento do Assentamento José Antônio Eufrosino. Campina Grande.

Buanain, A. M., Silveira, J. M., & Teófilo E. (1998). **Reforma agrária, desenvolvimento e participação:** uma discussão das transformações e necessidades possíveis. Retirado em 01 de fevereiro de 2001, do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, do World Wide Web: <http://www.nead.gov.br/estudos>.

Carmo, R. B. A. (1999). **A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira.** Retirado em 03 de maio de 2001, do World Wide Web: [http://www.bahia.ba.gov.br/seagri/revbagr/rer\\_112000/questaoagraria.htm](http://www.bahia.ba.gov.br/seagri/revbagr/rer_112000/questaoagraria.htm).<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>

CARNEIRO, Mario Afonso. **Relatório sobre a Área de Sapé.** Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, 1963.

COUTINHO, Cavalcanti, **Reforma agrária no Brasil**, SP, 1961. Retirado no dia 03 de setembro de 2012, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1672> dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1.2006, Niterói. Anais... Niterói: UFF. CD-ROM.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 Anais..., CD-Rom. \_\_\_\_\_. Enumerando a reforma agrária.<<http://www.mst.org.br>>, 29/01/2006.

Gliessman, Stephen R. (2000) *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável* (Porto Alegre: UFRGS).

IENO NETO, G. & BAMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba.** João Pessoa, Unitrabalho/UFPB, 1998.

LOPES, Eliano Sérgio. Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: origem, trajetória e perspectivas de colonos e assentados. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MATTEI, Lauro; MALUF, Renato. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. Fórum DRS: boletim eletrônico, ano 5, edição 72, jan.2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Relatório de Gestão Exercício de 2004. Fevereiro, 2005.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. **Capítulos de uma geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa, Universitária/UEPB, 1997.332 p.

OLIVEIRA, Adissi Paula, **A Criminalização do MST: mídia porta voz de quem?** Um caso de criminalização a trabalhadores sem-terra na Paraíba. Gepal: Grupo de Estudos de Políticas da América Latina. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL GT 2. Estado, ideologias e meios de comunicação de comunicação, (p.132- 133). End. eletrônico: [paulaadissi@yahoo.com.br](mailto:paulaadissi@yahoo.com.br)

Rodríguez, A., & Ardid, M. (1996). **Psicología Social y políticas públicas.** In J. L. A. Estramiana, A. Garrido, & J. R. Torre grossa (Orgs.), *Psicología Social aplicada* (pp. 451-474). Madrid: McGraw-Hill.

SILVA, José Gomes da - **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento.** Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1971.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. (1998). *Reforma Agrária: da questão histórica nacional à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba.* João Pessoa: UFPb - CCSA - CME.

SOUZA, Vanilde F. de. *Assentar, acampar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.* 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Faculdade de Engenharia Agrícola –UNICAMP. Campinas.

Teixeira, E. C., & Martin, M. A. (1998). Retornos aos investimentos no setor não agrícola e agrícola da economia brasileira. *Revista de Econometria*, 2, 73-92.

# ANEXOS

## FOTOS DOS ASSENTAMENTOS

Assentamento: Primeiro de Maio



Assentamento: Primeiro de Maio-Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: Primeiro de Maio-Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: Primeiro de Maio-Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: Primeiro de Maio-Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho

Assentamento: José Antônio Eufrosino



Assentamento: José Antônio Eufrosino –Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: José Antônio Eufrosino –Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: José Antônio Eufrosino –Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho



Assentamento: José Antônio Eufrosino –Fonte: Amaro Gaudencio Gomes Filho

Figura - 2



Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w/>

### Questionário Aplicado

#### Social

1. Idade do chefe de família?

- A) 20 a 30 ( ) **B) 31 a 40 ( )** C) 41 a 50 ( ) D) acima de 51 anos ( )

2. Grau de instrução do chefe de família?

- A) Ensino fundamental completo ( ) **B) Ensino fundamental incompleto ( )**  
 C) Ensino médio completo ( ) **D) Ensino médio incompleto ( )**  
 E) Graduação completa ( ) **F) Graduação incompleta ( )**  
 G) Pós graduação ( ) **H) Analfabeto ( )**

3. Residência da família?

- A) Assentamento ( ) **B) Fora do Assentamento ( )**

4. Trabalha no Assentamento?

- A) sim ( ) **B) não ( )**

5. Tipo de habitação?

- A) Casa de lata/papelão ( ) **B) Casa de taipa ruim ( )** C) Casa de taipa boa ( )

**D)** Casa de tijolo e taipa ( ) **E)** Casa de alvenaria ruim ( ) **F)** Casa de alvenaria boa ( )

**6.** Número de cômodos na casa?

**A)** 1 ( ) **B)** 2 ( ) **C)** 3 ( ) **D)** 4 ( ) **E)** 5 ( ) **F)** 6 ( ) **G)** 7 ( ) **H)** 8 ( )

**I)** 9 ou mais ( )

**7.** Número pessoas por família?

**A)** 1 ( ) **B)** 2 ( ) **C)** 3 ( ) **D)** 4 ( ) **E)** 5 ( ) **F)** mais de 5 ( )

**8.** Número de filhos?

**A)** 1 ( ) **B)** 2 ( ) **C)** 3 ( ) **B)** 4 ( ) **E)** 5 ( ) **F)** mais de 5 ( )

**9.** Saneamento básico?

**A)** Privada em casa com descarga ( ) **B)** Privada em casa sem descarga ( )

**C)** Privada anexa ( ) **D)** Não tem ( )

**10.** Eletricidade?

**A)** Não tem ( ) **B)** Monofásica ( ) **C)** Trifásica ( )

**11.** Origem da água consumida?

**A)** Rede pública ( ) **B)** Poço/ água doce ( ) **C)** Bica/ cisterna ( )

**D)** Cisterna/Carro pipa ( ) **E)** Açude/Rio/Barreiro/Carro pipa ( )

**F)** Tanques de pedra ( )

**12.** Como você se locomove com mais frequência?

**A)** a pé ( ) **B)** de bicicleta ( ) **C)** de moto ( )

**D)** de carro (próprio) ( ) **E)** de carro (carona) ( ) **F)** de van ( )

**G)** de ônibus ( ) **H)** Outro ( )

### **Econômico**

**13.** Produtividade?

**A)** Produtividade baixa ( ) **B)** Produtividade média ( ) **C)** Produtividade alta ( )

**14.** Criação de animais?

**A)** Bovino ( ) **B)** Ovinos/Caprinos ( ) **C)** Aves ( ) **D)** Porcos ( ) **E)** Peixes ( )

**15. Venda da produção agrícola?**

- A) Não vende ( )    B) Intermediário ( )    C) armazém ( )    D) Feiras ( )  
E) Agroindústria ( )    F) Cooperativa ( )    G) Consumidor ( )

**16. Crédito agrário?**

- A) Não tem ( )    B) Agiota (particulares) ( )    C) Bancos particulares ( )  
D) Agroindústria ( )    E) Cooperativa ( )    F) Banco oficial ( )

**17. Renda bruta familiar?**

- A) Até salário mínimo ( )    B) -1 salário mínimo ( )    C) 1- 2 salários mínimos ( )  
D) 2 - 3 salários mínimos ( )    E) 3 - 4 salários mínimos ( )    F) 4- 5 salários mínimos ( )  
G) > 5 salários mínimos ( )

**18. Faz industrialização de madeiras, frutas, leite, mel e outros?**

- A) Não ( )    B) Sim ( )

**19. Assistência técnica?**

- A) Não recebe ( )    B) Ocasional ( )    C) Regular ( )

**Ambiental****20. Irrigação?**

- A) Irrigação por superfície ( )    B) Irrigação por aspersão ( )  
C) Irrigação localizada ( )    D) Barragem subterrânea ( )  
E) Canteiro econômico ( )    F) Não utiliza ( )

**21. Preparo do solo?**

- A) Manual ( )    B) Tração animal ( )    C) Trator ( )

**22. Destino do lixo?**

- A) Coleta ( )    B) Enterra ou queima ( )    C) Livre ( )

**23. Esgoto?**

- A) Rede de esgoto ( )    B) Poço negro ou fossa ( )    C) Eliminação livre ( )

**24.** Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados com o Meio Ambiente?

- A)** Muito interessado ( )      **B)** Razoavelmente interessado ( )  
**C)** Pouco interessado ( )      **D)** Nenhum interesse ( )      **E)** Não sei ( )

**25.** Qual ação para proteger o meio ambiente você toma no dia-a-dia?

- A)** Economizo água ( )      **B)** Economizo energia elétrica ( )  
**C)** Separo o lixo reciclável ( )      **D)** tem abito de se desloco a pé ou bicicleta ( )  
**E)** Não tem abito ( )

**26.** Conversa com pessoas sobre práticas ecológicas?

- A)** Sim ( )      **B)** Não ( )      **C)** Às vezes ( )      **D)** Não sei ( )

**27.** Participa de eventos ou atividades ligadas à causa ambiental?

- A)** Sim ( )      **B)** Não ( )      **C)** Às vezes ( )      **D)** Não sei ( )

## DADOS ESTATÍSTICOS

### Social

Assentamentos	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Tempo	08	16

Assentamentos	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
INCRA	100%	100%

Assentamentos	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Idade média do Chefe de Família	30	56

Escolaridade	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Analfabeto	95%	93%
Ensino fundamental incompleto	4%	4%
Ensino fundamental completo	1%	2%
Ensino médio incompleto	0%	1%
Ensino médio completo	0%	0%
Total	100%	100%

Residência Familiar	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Assentamento	50%	100%

Trabalha no assentamento	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Sim	100%	100%
Não	0%	0%
Total	100%	100%

Tipo de habitação	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Casa de Lata/papelão	99%	0%
Casa de Taipa ruim	1%	0%
Casa de taipa boa	0%	0%
Casa de tijolo e taipa	0%	0%
Casa de alvenaria ruim	0%	2%
Casa de alvenaria boa	0%	98%
Total	100%	100%

Número de Cômodos	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
De 1 a 3 Cômodos	99%	10%

De 4 a 6 Cômodos	1%	80%
De 7 a 9 Cômodos	0%	10%
Mais de 10 Cômodos	0%	0%
Total	100%	100%

Número de pessoas por família	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
De 1 a 3	5%	5%
De 4 a 6	65%	80%
De 7 a 9	30%	10%
Mais de 10	0%	5%
Total	100%	100%

Número de Filhos	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
De 1 a 3	10%	10%
De 4 a 6	90%	90%
7	0%	0%
8	0%	0%
Total	100%	100%

Eletricidade	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Não Tem	0%	0%
Monofásica	100%	100%
Trifásica	0%	0%
Total	100%	100%

Origem da água consumida	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Rede pública	0%	50%
Poço/água doce	0%	0%
Bica/Cisterna	80%	20%
Cisterna/Carro pipa	0%	20%
Açude/barreiro	20%	10%
Tanque de pedra	0%	0%
Total	100%	100%

Saneamento Básico	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Rede de esgoto	0%	0%
Poço negro ou fossa	10%	100%
Privada anexa	0%	0%
Não tem	90%	0%
Total	100%	100%

<b>Naturalidade</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Paraíba	100%	100%

## ECONÔMICO

<b>Produtividade</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Produtividade baixa	100%	100%
Produtividade Média	0%	0%
Produtividade Alta	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Criação de animais</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Bovino	0%	40%
Ovino/Caprino	40%	30%
Aves	40%	20%
Porcos	20%	10%
Peixes	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Venda de produtos</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Não vende	100%	0%
Intermediário	0%	25%
Armazém	0%	0%
Feiras	0%	0%
Agroindústria	0%	0%
Cooperativa	0%	25%
Consumidor	0%	50%
Total	100%	100%

<b>Crédito Agrário</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Não vende	100%	100%
Agiota (Particulares)	0%	0%
Bancos particulares	0%	0%
Agroindústria	0%	0%
Cooperativa	0%	0%
Banco Oficial	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Renda bruta familiar</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Até 1/2 Salário Mínimo	0%	0%
1-1/2 Salário Mínimo	0%	100%
2 Salários Mínimos	0%	0%

3 Salários Mínimos	0%	0%
4 Salários Mínimos	0%	0%
Mais de 5 Salários Mínimos	0%	0%
Total	100%	100%

Industrialização da produção	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Sim	0%	50%
Não	100%	50%
Total	100%	100%

Assistência Técnica	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Não Recebe	0%	0%
Ocasional	0%	0%
Regular	0%	100%
Total	100%	100%

## AMBIENTAL

Esgoto	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Rede de esgoto	0%	0%
Poço negro ou fossa	10%	100%
Eliminação livre	90%	0%
Total	100%	100%

Preparo do Solo	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Manual	50%	10%
Tração Animal	40%	50%
Trator	10%	40%
Total	100%	100%

Irrigação	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Irrigação por superfície	0%	0%
Irrigação por aspersão	0%	0%
Não utiliza	100%	100%
Total	100%	100%

Destinação do Lixo	Primeiro de Maio	José Antônio Eufrosino
Coleta	0%	0%
Enterra ou queima	100%	100%
Livre	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Interesses com o meio ambiente</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Muito	0%	0%
Pouco	100%	100%
Razoável	0%	0%
Nenhum	0%	0%
Não sabe	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Ações para proteger o meio ambiente</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Economizo água	100%	100%
Economizo energia elétrica	0%	0%
Abito de andar a pé	0%	0%
Não sabe	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Conversas sobre ecologia</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Sim	0%	0%
Não	90%	90%
Às vezes	10%	10%
Não sabe	0%	0%
Total	100%	100%

<b>Eventos ligados ao meio ambiente</b>	<b>Primeiro de Maio</b>	<b>José Antônio Eufrosino</b>
Sim	0%	0%
Não	100%	100%
Às vezes	0%	0%
Não sabe	0%	0%
Total	100%	100%